



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



MATHEUS MOTA

**ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA
POLÍCIA AMBIENTAL**

GOIÂNIA-GO

2024

MATHEUS MOTA

**ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA
POLÍCIA AMBIENTAL**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Daniel Bairral Moraes.

GOIÂNIA-GO

2024

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA MILITAR NA PERSPECTIVA DA POLÍCIA AMBIENTAL

ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION ACTIONS DEVELOPED BY THE MILITARY POLICE FROM THE PERSPECTIVE OF THE ENVIRONMENTAL POLICE

Matheus Mota¹
Daniel Bairral Morais²

Resumo

Diante do crescente desafio global de preservação ambiental, é relevante entender como as iniciativas educacionais conduzidas pelas forças policiais podem impactar positivamente na conscientização e mudança de comportamento da comunidade. Assim, o objetivo geral deste estudo é examinar a eficácia das iniciativas de Educação Ambiental promovidas pela Polícia Militar, com um foco específico na atuação da Polícia Ambiental de Goiás, através da metodologia de pesquisa bibliográfica abrangente, seguida por uma análise documental da legislação e atos normativos relacionados à Polícia Ambiental, bem como entrevistas com policiais do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás. Os resultados revelaram uma percepção positiva dos policiais em relação à eficácia das ações de Educação Ambiental, embora enfrentem desafios como a desativação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) e a falta de recursos. A influência positiva das atividades na conscientização da comunidade, especialmente a longo prazo, foi evidente, apontando para a necessidade de investimentos adicionais e integração da educação ambiental no sistema educacional formal. A redução de infrações ambientais foi um tema discutido, destacando a importância de uma abordagem preventiva e de longo prazo. As considerações finais ressaltam a relevância das atividades de Educação Ambiental e recomendam futuras pesquisas para avaliar o progresso e a eficácia dessas iniciativas. Em última análise, este estudo destaca o papel fundamental da Educação Ambiental na construção de um futuro mais sustentável e resiliente.

Palavras-chave: Polícia Militar. Polícia Militar Ambiental. Educação Ambiental. Conscientização.

Abstract

In the face of the growing global challenge of environmental preservation, it is relevant to understand how educational initiatives conducted by police forces can positively impact community awareness and behavior change. Therefore, the overall objective of this study is to examine the effectiveness of Environmental Education initiatives promoted by the Military Police, with a specific focus on the performance of the Environmental Police in Goiás, through comprehensive bibliographic research methodology, followed by documentary analysis of legislation and normative acts related to the Environmental Police, as well as interviews with officers from the Environmental Military Police Battalion of the State of

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: matheusmota5001@gmail.com. Telefone: (62)99149-2506.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Segurança Pública Email: danielbm@pm.go.gov.br. Telefone: (62) 99866-6443.

Goiás. The results revealed a positive perception among officers regarding the effectiveness of Environmental Education actions, although they face challenges such as the deactivation of the Environmental Education Center (NEA) and lack of resources. The positive influence of activities on community awareness, especially in the long term, was evident, pointing to the need for additional investments and integration of environmental education into the formal educational system. The reduction of environmental infractions was a discussed topic, highlighting the importance of a preventive and long-term approach. The final considerations emphasize the relevance of Environmental Education activities and recommend future research to assess the progress and effectiveness of these initiatives. Ultimately, this study highlights the fundamental role of Environmental Education in building a more sustainable and resilient future.

Keywords: Military Police. Environmental Military Police. Environmental Education. Awareness.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a preservação ambiental assume um papel global transcendente, suscitando preocupações que abrangem fronteiras e diversos setores da sociedade. O aumento da conscientização sobre os impactos das atividades humanas no meio ambiente impulsiona a necessidade urgente de estratégias sustentáveis. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta vital para fomentar a conscientização, mudanças comportamentais e a participação ativa da comunidade na salvaguarda ambiental.

Além do tradicional papel de manutenção da ordem, a atuação da Polícia Militar, especialmente da Polícia Ambiental, se estende à preservação ambiental, sendo essencial na fiscalização e combate a atividades prejudiciais aos ecossistemas. Além das ações repressivas, a implementação de programas de Educação Ambiental pela Polícia Militar representa uma abordagem proativa na promoção da conscientização e prevenção de práticas danosas ao meio ambiente.

A relevância social e ambiental do tema é evidenciada no contexto atual, marcado por desafios ambientais significativos enfrentados pela sociedade, como desmatamento, poluição e conservação da fauna e flora. A justificativa se fundamenta na compreensão de como ações educativas podem ter um impacto positivo, sensibilizando a população e promovendo mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente, contribuindo, assim, para a redução de práticas prejudiciais. A necessidade de avaliar a efetividade dessas ações é respaldada pela importância de direcionar recursos de maneira eficaz, garantindo resultados tangíveis na conscientização e mudança de comportamento.

Diante do crescente desafio global de preservação ambiental, como as iniciativas educacionais conduzidas pelas forças policiais podem impactar positivamente na conscientização e mudança de comportamento da comunidade? Quais são os fatores que influenciam o êxito ou a limitação dessas ações na promoção de uma consciência ambiental mais robusta?

O objetivo geral deste estudo é examinar a eficácia das iniciativas de Educação Ambiental promovidas pela Polícia Militar, com um foco específico na atuação da Polícia Ambiental de Goiás. A intenção é avaliar o impacto dessas ações na conscientização e mudança de comportamento da comunidade em relação às questões ambientais. Além disso, busca-se identificar oportunidades para aprimorar e fortalecer as práticas educativas visando a preservação ambiental.

Para atingir esse objetivo, foram delineados objetivos específicos. Em primeiro lugar, pretende-se avaliar a abrangência e profundidade das ações de educação ambiental, analisando os temas principais abordados e os públicos-alvo envolvidos, com um enfoque na atuação da Polícia Ambiental. Em seguida, busca-se verificar o nível de conhecimento e conscientização ambiental adquirido pelos participantes das atividades promovidas pela Polícia Militar, com uma análise crítica da efetividade na transmissão de informações e na indução de mudanças de comportamento em relação às questões ambientais.

Outro objetivo específico é investigar a percepção dos policiais militares envolvidos na execução das ações de educação ambiental. Isso inclui compreender os desafios enfrentados, as estratégias utilizadas e a visão desses profissionais sobre a contribuição dessas atividades para a preservação do meio ambiente. Adicionalmente, o estudo visa analisar o impacto das ações de educação ambiental da Polícia Militar na prevenção de infrações ambientais, avaliando se houve redução de ocorrências e melhoria no cumprimento das normativas ambientais por parte da comunidade atendida.

A metodologia adotada para esta pesquisa incluiu uma abordagem multifacetada. Inicialmente, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica abrangente, seguida por uma análise documental da legislação e atos normativos relacionados à Polícia Ambiental. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com policiais do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás. Os instrumentos de coleta de dados incluíram roteiros de entrevistas e, se aplicável, checklists de observação. A análise de dados foi conduzida de maneira abrangente. Para os dados qualitativos, as entrevistas foram transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo. Se houve dados quantitativos, foram aplicadas ferramentas estatísticas, seguidas pela interpretação dos resultados.

2 REVISÃO TEÓRICA

As práticas irresponsáveis de indivíduos sem consciência ambiental, como desmatamento, queimadas, caça e pesca predatórias, perda de biodiversidade, poluição em vários níveis, extração irregular, desperdício de água, resíduos líquidos e sólidos com destinação inadequada, resultaram em uma degradação ambiental ameaçadora para a vida. A atuação dos agentes de segurança pública, como fiscalizadores do Estado, combatendo crimes ambientais e realizando ações preventivas, especialmente os policiais militares, destaca a necessidade de estudar e propor a continuidade de ações educativas que promovam a conscientização para a busca de qualidade de vida e um meio ambiente sustentável (Pedrosa, 2011).

No contexto atual, o desenvolvimento de iniciativas de educação ambiental, tanto formais quanto informais, é prioritário. Buscar uma reconexão com a consciência envolve considerar as inter-relações existentes nos diversos elementos da natureza e a conexão entre os diferentes campos de conhecimento. Cuidar do planeta vai além das preocupações individuais e envolve uma inquietação compartilhada por todos os agentes envolvidos em diversas áreas, especialmente os educadores (Luzzi, 2009).

A atividade de educação ambiental é vista como um processo contínuo no qual indivíduos e comunidades adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação para agir coletiva e individualmente, com base no respeito por todas as formas de vida. A presença pública significativa e institucional da polícia militar no país a torna uma influência marcante na sociedade, tanto positiva quanto negativamente. A polícia militar desempenha um papel de prevenção por meio da ostensividade, sendo o policial educador um agente de transformação que, por meio de suas ações, impacta a população (Luzzi, 2009).

O agente de segurança pública é um cidadão qualificado que representa o Estado no contato mais imediato com a população, tornando-se um ouvidor social e "porta-voz" popular. A qualificação do policial militar, aliada à sua investidura, possibilita uma maior proximidade com a sociedade, gerando uma sensação de segurança, respeito e confiança. Assim, esses profissionais atuam com maior persuasão, contribuindo para uma transformação positiva na conscientização da população. Destaca-se a dimensão pedagógica no agir policial, indicando que há uma abordagem educacional que precede as especificidades da profissão. Diante dos paradigmas contemporâneos na área de educação, é necessário repensar o papel do agente educacional de forma mais inclusiva (Carvalho, 2015).

No passado, a responsabilidade exclusiva de desempenhar esse papel estava restrita aos pais, professores e especialistas em educação. Atualmente, é imperativo incluir, de maneira prioritária no âmbito educacional, profissões que desempenham inegavelmente um papel formador de consciência e opinião, como médicos, advogados, jornalistas e policiais (Carvalho, 2015).

No contexto pedagógico, os servidores públicos militares exercem uma autoridade que, em potencial, pode favorecer o processo educativo por meio de atitudes coerentes alinhadas a uma moralidade adequada. A polícia desempenha um papel essencial não apenas como agente de segurança pública, mas também como educadora para a sociedade, refletindo um exemplo a ser seguido quando age como protagonista em situações conflitantes (Carvalho, 2015).

Para Margarido e Martins (2007) o Estado deve investir no policial militar, proporcionando condições de trabalho, aprimoramento profissional e motivação para que desempenhe suas funções de maneira eficaz, elevando sua autoestima e orgulho profissional. Isso resulta em uma elevação dos valores éticos e morais do servidor, promovendo o respeito a si mesmo e aos outros, transformando-o verdadeiramente em um cidadão. Como educador, o policial pode transmitir à sociedade a importância da consciência na preservação da natureza, buscando uma qualidade de vida por meio da educação ambiental.

Margarido (2007) também destaca a importância de enaltecer a autoestima do policial, afirmando que é fundamental que ele se sinta motivado e orgulhoso de sua profissão, encontrando um significado existencial em suas atividades. Os direitos e deveres praticados pelos policiais militares refletem um exercício pleno da cidadania, e, portanto, esses servidores públicos não devem ficar desamparados, especialmente no que diz respeito à assistência às suas famílias, que também fazem parte da sociedade que busca um ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações.

O policial militar é, acima de tudo, um cidadão, devendo nutrir sua razão de ser na cidadania. A condição de cidadania é a base, eliminando qualquer reflexão sobre uma suposta dualidade ou antagonismo entre uma "sociedade civil" e uma "sociedade policial". Essa afirmação é válida mesmo quando se trata da Polícia Militar, um serviço público realizado na perspectiva de uma sociedade unificada, na qual todos os segmentos estatais derivam. Portanto, não há uma dicotomia entre uma "sociedade civil" e uma "sociedade militar" (Pedrosa, 2011).

Nesse contexto, ressalta-se que a educação ambiental vai além de um mero processo pedagógico; ela é, de fato, uma prática democrática que visa preparar os indivíduos para o

pleno exercício da cidadania. Ao promover a participação ativa, tanto em nível individual quanto coletivo, a educação ambiental busca engajar as pessoas de forma abrangente e inclusiva.

A abordagem democrática da educação ambiental reconhece a interconexão entre os diversos aspectos da sociedade, considerando os processos socioeconômicos, políticos e culturais que moldam o cenário ambiental. Isso implica que a conscientização e a ação em prol do meio ambiente não são responsabilidades exclusivas de determinados grupos, mas sim uma missão compartilhada por toda a comunidade (Luzzi, 2009).

Ao estimular a participação ativa, a educação ambiental empodera os indivíduos, capacitando-os a compreender e enfrentar os desafios ambientais de maneira informada e engajada. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta essencial para construir uma sociedade consciente, responsável e comprometida com a sustentabilidade, onde cada cidadão desempenha um papel ativo na preservação do meio ambiente e na promoção do bem-estar coletivo (Luzzi, 2009).

Conforme Costa (2013), a educação ambiental, enquanto um processo político-pedagógico, tem a responsabilidade de preparar indivíduos para o exercício pleno da cidadania, promovendo o desenvolvimento de conhecimento interdisciplinar baseado em uma visão integrada do mundo. Seu objetivo é capacitar cada pessoa para investigar, refletir e agir em relação aos efeitos e causas dos problemas ambientais que impactam a qualidade de vida e a saúde da população. A educação ambiental se destaca no desenvolvimento de projetos, integrando uma educação complementar que visa formar cidadãos críticos, buscando uma mudança significativa em seus educandos para que, no futuro, possam ser cidadãos responsáveis pelas consequências ambientais no planeta Terra.

A consciência da importância da ética e da valorização da cidadania é reconhecida pelo ser humano na sociedade atual, sendo ele mesmo o potencial agente de transformação para o futuro. A educação ambiental formal ocorre no ambiente escolar, abrangendo os diferentes níveis de ensino, desde a Educação Infantil até a Educação Superior, incluindo Educação Especial, Educação Profissional e de Jovens e Adultos. Já a educação ambiental não formal se manifesta por meio de ações e práticas educativas voltadas para sensibilizar a coletividade sobre questões ambientais, envolvendo sua organização, participação e contribuição para a construção de políticas saudáveis na defesa da qualidade do meio ambiente (Carvalho, 2015).

Nesse contexto não formal, a educação ambiental é impulsionada pela disseminação pelos meios de comunicação de massa, programas e campanhas educativas, informações

temáticas sobre o meio ambiente, e engajamento de escolas, universidades, ONGs e empresas públicas e privadas. Reconhece-se a necessidade de abordar as necessidades políticas e sociais das crianças e de outras faixas etárias envolvidas no processo de proteção à natureza. Essa discussão deve ser estruturada para desenvolver ações eficazes capazes de envolvê-las e promover a conscientização de uma cultura de preservação, conservação e sustentabilidade do meio ambiente, buscando a harmonia no local em que vivem (Costa; 2013).

A proposta da ação educativa preventiva visa, principalmente, alcançar os filhos dos policiais militares, uma vez que essas crianças não devem ser excluídas do processo educacional em andamento na atual conjuntura social. Muitas delas enfrentam dificuldades de acesso à educação, seja ela regular ou complementar, o que torna sua integração na sociedade mais desafiadora. Nesse sentido, a instituição militar deve contribuir para valorizar seus servidores por meio do cuidado com seus filhos (Margarido; Martins, 2007).

O projeto, baseado na ação educativa preventiva, tem como um dos objetivos a mudança de comportamento, atuando de maneira integrada com a família, a escola, as amizades, as influências dos meios de comunicação e os momentos de contato com o policial militar ambiental educador. Este último deve transmitir uma mensagem clara, objetiva e impactante, despertando o interesse e incentivando a participação (Margarido; Martins, 2007).

A proposta de educação ambiental não busca corrigir falhas, mas sim agregar valores éticos de consciência ambiental de maneira saudável, integrando as famílias e proporcionando uma compreensão mais clara das atividades profissionais dos servidores públicos militares. A mensagem destinada às crianças se concentra em dois temas fundamentais: a proteção dos recursos naturais e a participação da sociedade na melhoria da qualidade de vida. A absorção da mensagem pelo público-alvo deve ser leve e dinâmica. Os educandos serão estimulados à ação ética e científica, visando à conservação do meio ambiente. O papel do educador será facilitar a aquisição desse conhecimento ambiental, permitindo, por meio das vivências cotidianas, a transformação de comportamentos prejudiciais em ações que preservem a natureza (Costa, 2013).

A atuação dessa força policial especializada desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização ambiental e na mudança de comportamento. Os policiais ambientais, como educadores, têm a responsabilidade de transmitir mensagens claras e impactantes, gerando interesse e participação por parte das crianças envolvida (Margarido; Martins, 2007).

A presença da Polícia Ambiental nesse contexto não apenas fortalece a mensagem sobre a proteção dos recursos naturais e a participação da sociedade na melhoria da qualidade

de vida, mas também oferece uma perspectiva prática e tangível das atividades diárias realizadas por esses profissionais na preservação do meio ambiente. Ao incorporar a figura do policial ambiental educador, o projeto busca não apenas sensibilizar as crianças, mas também criar uma conexão mais direta e pessoal com a importância da preservação ambiental (Margarido; Martins, 2007).

O Regimento Interno do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás estabelece como competência a promoção da educação ambiental, por meio do Núcleo de Educação Ambiental (NEA). Essa atribuição ganha relevância ao considerar a Lei Nº 9.795/99, que trata especificamente da educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelecendo outras providências.

A Lei Nº 14.751/23, que estabelece a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, é fundamental para compreender as competências e responsabilidades dessas instituições. No Art. 5º, destaca-se a incumbência conferida às polícias militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, conforme suas atribuições constitucionais e legais, respeitando o pacto federativo. Especificamente no item VII desse artigo, determina-se que é dever das polícias militares exercer a polícia de preservação da ordem pública e a polícia ostensiva, com foco na proteção ambiental. Isso implica prevenir condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente, bem como promover ações de educação ambiental, integrando-se ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Os policiais ambientais, ao compartilharem suas experiências e conhecimentos, tornam-se agentes-chave na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Sua presença nos momentos de contato com as crianças contribui para a construção de uma cultura de respeito e responsabilidade ambiental desde a infância. Dessa forma, a integração da Polícia Ambiental nas ações de educação ambiental não apenas fortalece o projeto, mas também enriquece a compreensão das crianças sobre o papel essencial desempenhado por esses profissionais na proteção do meio ambiente para as gerações futuras (Margarido; Martins, 2007).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma metodologia abrangente para alcançar seus objetivos. Primeiramente, realizou-se uma extensa pesquisa bibliográfica para contextualizar o tema e embasar as análises subsequentes. Em seguida, conduziu-se uma análise documental da

legislação e atos normativos relacionados à atuação da Polícia Ambiental, a fim de compreender o arcabouço legal que orienta suas atividades na preservação ambiental.

De acordo com Gil (2002) pesquisa bibliográfica e documental consiste na busca, análise e interpretação de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, relatórios técnicos, entre outros. Essa abordagem permite ao pesquisador obter uma compreensão abrangente sobre o tema em questão, explorando o que já foi estudado, as teorias existentes e as perspectivas adotadas por outros pesquisadores.

Para obter dados diretamente da fonte, foram realizadas entrevistas com policiais do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás, especializados na área em questão. Essas entrevistas proporcionaram uma compreensão aprofundada das práticas e desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos na execução das ações de educação ambiental.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram roteiros de entrevistas estruturados, cuidadosamente elaborados para abordar aspectos específicos relacionados à atuação da Polícia Militar na promoção da Educação Ambiental. Quando aplicável, também foram utilizados checklists de observação para documentar aspectos visíveis durante as interações e atividades.

De acordo com Gil (2002) as entrevistas são uma técnica de coleta de dados qualitativos que envolve a interação direta entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Essa interação permite ao pesquisador capturar informações, experiências, percepções e opiniões dos participantes, oferecendo uma visão detalhada e rica sobre o fenômeno estudado.

A análise de dados foi conduzida de maneira abrangente, diferenciando abordagens qualitativas e quantitativas. Para os dados qualitativos provenientes das entrevistas, foi realizada a transcrição completa das conversas, seguida de uma análise de conteúdo para identificação de padrões, temas e tendências. Quanto aos dados quantitativos, foram aplicadas ferramentas estatísticas apropriadas para extrair métricas significativas. A interpretação dos resultados envolveu uma análise crítica e contextualizada, buscando dados que contribuíssem para a compreensão abrangente do impacto das iniciativas de Educação Ambiental promovidas pela Polícia Militar.

Assim, conforme Gil (2002) a análise de dados quantitativa se concentra em números e estatísticas, permitindo medir variáveis objetivas e fazer inferências sobre uma população maior. Já a análise qualitativa foca em compreender significados, contextos e experiências através de dados não numéricos, como textos e observações. Ambas as abordagens têm vantagens e são complementares, sendo a escolha entre elas determinada pelos objetivos da pesquisa e pela natureza dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção destaca os resultados e análises provenientes das entrevistas realizadas com três integrantes da Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás, através do Google Forms. As respostas obtidas, quando confrontadas com a revisão teórica e as legislações citadas, proporcionam uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pelos policiais militares na promoção da conscientização ambiental.

Observou-se uma percepção positiva dos policiais em relação à efetividade das ações de Educação Ambiental está alinhada com a perspectiva de Carvalho (2015), que destaca o papel educacional da Polícia Militar na formação de uma consciência ambiental. A abordagem proativa da Polícia Ambiental, como indicado pelos participantes, reflete a visão de Luzzi (2009) sobre a necessidade de práticas educativas que vão além das preocupações individuais, englobando uma inquietação compartilhada por todos os agentes envolvidos.

A ênfase dos policiais na adaptação das estratégias educativas conforme as características de cada grupo corroboram com a compreensão de Luzzi (2009) sobre a interconexão entre os diferentes aspectos da sociedade na educação ambiental. A flexibilidade e adaptabilidade dos programas refletem uma abordagem democrática que reconhece as inter-relações existentes nos diversos elementos da natureza (Luzzi, 2009).

O aumento significativo no nível de conhecimento e conscientização ambiental, conforme indicado pelos policiais, está alinhado com a visão de Costa (2013), que destaca o papel da educação ambiental na preparação de indivíduos para o pleno exercício da cidadania. A promoção da participação ativa, evidenciada pelos resultados, reflete a abordagem democrática da educação ambiental, reconhecendo a missão compartilhada por toda a comunidade (Luzzi, 2009).

A visão dos policiais sobre os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas na execução das ações de Educação Ambiental está em sintonia com a dimensão pedagógica destacada por Carvalho (2015). A abordagem educacional prévia à especificidade da profissão, mencionada na revisão teórica, ressalta a importância de repensar o papel do agente educacional de forma inclusiva.

A correlação positiva entre as ações de Educação Ambiental e a possível redução de ocorrências, bem como a melhoria no cumprimento das normativas ambientais, está alinhada com a legislação que determina à Polícia Militar a incumbência de exercer a polícia de preservação da ordem pública e a polícia ostensiva, com foco na proteção ambiental (Lei Nº

14.751/23). A integração da Polícia Ambiental nas ações de educação ambiental, conforme indicado pelos policiais, fortalece o projeto e enriquece a compreensão das crianças sobre o papel essencial desempenhado por esses profissionais (Margarido; Martins, 2007).

As respostas dos policiais militares indicam uma diminuição nas ações de Educação Ambiental, atribuindo essa redução à desativação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA). Essa constatação pode ser analisada considerando a legislação que destaca a competência da Polícia Ambiental na promoção da educação ambiental, conforme estabelecido pela Lei Nº 9.795/99. A desativação do NEA pode ser interpretada como um desafio na efetivação dessas atividades, pois a legislação destaca a necessidade de uma estrutura específica para essa finalidade.

A mencionada redução de efetivo, conforme indicada pelos policiais, também pode ser entendida à luz das considerações de Margarido (2007), que ressalta a importância do investimento do Estado no policial militar, proporcionando condições de trabalho e motivação. A redução de atividades de Educação Ambiental pode ser associada à falta de recursos e efetivo, impactando negativamente a continuidade dessas práticas.

As ações específicas mencionadas, como palestras em universidades, escolas e exposições, estão em consonância com a revisão teórica, que destaca a necessidade de ações educativas formais e informais para promover a conscientização ambiental (Luzzi, 2009). No entanto, a limitação dessas atividades, conforme relatado pelos policiais, ressalta a importância de uma estrutura mais robusta e contínua para cumprir efetivamente o papel educacional da Polícia Militar.

A mencionada restrição nas atividades de Educação Ambiental pode ter implicações diretas na conscientização e mudança de comportamento da comunidade em relação às questões ambientais. A legislação destaca que a Polícia Ambiental deve exercer a polícia ostensiva com foco na proteção ambiental, o que inclui ações de educação ambiental para prevenir condutas prejudiciais ao meio ambiente (Lei Nº 14.751/23).

Os temas abordados nas atividades de Educação Ambiental, conforme descritos pelos policiais, estão alinhados com os princípios da conscientização ambiental destacados na revisão teórica (Luzzi, 2009). Ao tratar de questões como conservação do meio ambiente, legislação ambiental, cuidado com a água, gestão de resíduos sólidos, poluição e desmatamento, as atividades buscam sensibilizar a comunidade para os desafios ambientais contemporâneos.

A abordagem de temas relacionados à preservação ambiental e ao manejo sustentável dos recursos naturais, além de atender às demandas dos requerentes, reflete a necessidade de

conscientização em múltiplos setores da sociedade, como turistas, empresas, escolas, ribeirinhos e associações de pescadores. Essa abordagem diversificada está em consonância com a visão democrática da educação ambiental, que reconhece a interconexão entre os diversos aspectos da sociedade (Luzzi, 2009).

A especificação do público-alvo, com ênfase em crianças, alinha-se à compreensão da educação ambiental como um processo contínuo no qual indivíduos e comunidades adquirem conhecimentos e valores desde a infância (Luzzi, 2009). A escolha de temas como cuidado com a água, gestão de resíduos e poluição direciona-se a questões práticas do cotidiano, buscando uma conscientização desde a base da sociedade.

A avaliação do impacto das atividades na conscientização da comunidade é essencial para compreender a eficácia dessas práticas. A percepção positiva dos policiais sobre a influência positiva das ações na preservação ambiental está alinhada à proposta de Margarido e Martins (2007), que defendem a importância de elevar a autoestima e o orgulho profissional dos policiais, refletindo em uma atuação mais eficaz.

A menção ao controle da pesca em Goiás como parte do impacto positivo das atividades reforça a interligação entre a atuação da Polícia Ambiental e a conscientização sobre práticas sustentáveis, respeitando a legislação ambiental vigente (Lei Nº 14.751/23). A observação de progresso, especialmente nas crianças, reforça a ideia de que a educação ambiental pode ser uma ferramenta transformadora no entendimento da fauna e flora do cerrado, contribuindo para a preservação a longo prazo.

As reações positivas e a evidência percebida de mudanças de comportamento após as atividades de Educação Ambiental refletem a eficácia dessas ações, como defendido por Carvalho (2015) e Margarido (2007). A curiosidade demonstrada pela maioria das pessoas em relação às legislações e práticas de preservação evidencia a importância da conscientização sobre as leis ambientais vigentes (Pedrosa, 2011). A participação ativa de crianças no projeto Guardião Ambiental Mirim ilustra a efetividade da abordagem inclusiva da educação ambiental, indo além da transmissão de conhecimento e incentivando a multiplicação de ideias.

No entanto, os principais desafios apontados pelos entrevistados indicam questões estruturais e de recursos que podem impactar a continuidade e efetividade das ações. A falta de recursos para a montagem de estandes eco-pedagógicos, a carência de pessoal para conduzir atividades educativas, a ausência de transporte adequado para animais e a resistência interna à ideia de que a educação ambiental não é uma prioridade policial revelam desafios significativos.

A carência de recursos, mencionada pelos entrevistados, reforça a necessidade de investimentos e apoio institucional, alinhando-se à proposta de Margarido e Martins (2007) sobre a importância do Estado investir no policial militar para desempenhar suas funções de maneira eficaz. A falta de efetivo também destaca a sobrecarga de responsabilidades sobre os policiais ambientais, comprometendo a execução de atividades educativas.

A resistência interna à educação ambiental, conforme mencionado, pode ser confrontada pela compreensão de que a atuação policial vai além do policiamento repressivo, como indicado por Carvalho (2015). A ideia de que a educação ambiental não é um serviço de polícia pode ser desmistificada pela compreensão do papel pedagógico do policial como um agente de transformação na conscientização da população (Carvalho, 2015).

As estratégias eficazes na promoção da conscientização e engajamento da comunidade destacam a importância de abordagens visuais e práticas, alinhando-se à perspectiva da educação ambiental como um processo contínuo (Luzzi, 2009). A exposição eco-pedagógica com animais empalhados e plantas nativas do cerrado, além da demonstração de apetrechos de caça e pesca apreendidos, exemplifica uma estratégia eficaz para tornar tangível a realidade ambiental e criar conscientização (Margarido; Martins, 2007). A relação entre ações práticas, como a taxidermia realizada pelos próprios policiais, e o impacto na conscientização reforça a ideia de que a experiência direta com a natureza contribui para a compreensão e valorização do meio ambiente (Luzzi, 2009).

A ênfase em mais fiscalização nas áreas com maior incidência de crimes ambientais, associada a palestras com o estande eco-pedagógico, destaca a necessidade de uma abordagem integrada, combinando a repressão com a educação e conscientização (Pedrosa, 2011). A proposta de mais propagandas para mostrar o que a sociedade pode fazer para ajudar a preservação do meio ambiente alinha-se à visão da educação ambiental como uma prática democrática que visa envolver toda a comunidade de forma abrangente (Luzzi, 2009).

Quanto à percepção sobre a contribuição das ações de Educação Ambiental para a preservação do meio ambiente, a resposta evidencia a compreensão da relevância da conscientização como uma medida preventiva (Carvalho, 2015). A menção à dificuldade de reverter danos ambientais após a ocorrência destaca a importância de focar em práticas educativas para evitar crimes ambientais antes que ocorram (Carvalho, 2015). A correlação entre a educação ambiental e a prevenção de crimes ambientais reforça a visão de que a conscientização é fundamental para a preservação, sendo a educação ambiental uma ferramenta essencial nesse processo (Luzzi, 2009).

A visão dos policiais militares sobre seu papel na Educação Ambiental reflete uma compreensão profunda de sua responsabilidade em influenciar positivamente outras pessoas, especialmente aquelas em fase de formação. Essa percepção está alinhada com a concepção da educação ambiental como uma ferramenta transformadora, capaz de moldar atitudes e comportamentos para a preservação ambiental (Carvalho, 2015). A resistência ocasional por parte de outros colegas que veem a educação ambiental como algo separado do policiamento repressivo evidencia desafios internos na promoção dessas atividades, reforçando a necessidade de uma compreensão mais ampla do papel da polícia na preservação do meio ambiente (Pedrosa, 2011).

Quanto à contribuição das ações de Educação Ambiental para a redução de infrações ambientais, as respostas indicam uma divergência temporal nos resultados. A visão de que, a curto prazo, as ações não geram impacto direto nas reduções das infrações ambientais é coerente com a literatura que sugere que mudanças comportamentais podem levar tempo para se consolidar (Luzzi, 2009). A resistência inicial por parte de infratores consolidados, como produtores rurais e pescadores profissionais, destaca a complexidade do desafio e reforça a necessidade de uma abordagem de longo prazo (Carvalho, 2015).

Entretanto, a perspectiva de que a longo prazo as ações de Educação Ambiental podem gerar impactos positivos, especialmente ao aplicar esse conhecimento em indivíduos em formação, destaca a importância de uma estratégia preventiva para moldar comportamentos futuros (Carvalho, 2015). A observação de uma significativa diminuição na pesca ilegal, vinculada à conscientização resultante das atividades de educação ambiental, sugere que, embora os resultados imediatos possam ser limitados, a transformação de mentalidades pode se refletir em mudanças significativas ao longo do tempo (Margarido; Martins, 2007).

A identificação de lacunas nas atuais ações de Educação Ambiental, como a falta de um Núcleo de Ensino Ambiental (NEA) operacional, destaca desafios estruturais e de recursos. A inatividade do NEA sugere a necessidade de uma equipe dedicada e o reconhecimento da importância de uma abordagem educativa permanente para a preservação ambiental (Carvalho, 2015). A carência de investimento e a demanda por ações mais robustas indicam uma oportunidade de aprimoramento na alocação de recursos, alinhada à importância da educação ambiental na Polícia Militar (Costa, 2013).

A sugestão de reativar o NEA com um efetivo maior ressalta a importância de uma estrutura específica e dedicada para o ensino ambiental, capaz de operar de maneira independente e eficiente (Margarido, 2007). A necessidade de investimento pesado das

autoridades competentes é reforçada como um ponto necessário para fortalecer as atividades e superar as atuais limitações estruturais (Luzzi, 2009).

A proposta de incluir a educação ambiental nas escolas, ensinando às novas gerações a relação sustentável com o meio ambiente, está alinhada com a abordagem preventiva preconizada na literatura (Luzzi, 2009). A integração dessas práticas na educação formal contribuiria para a construção de uma consciência ambiental desde a infância, moldando atitudes desde cedo (Pedrosa, 2011).

Fortalecer a efetividade e integração com a comunidade exige, conforme mencionado pelos participantes, um investimento maior por parte da corporação. Esse investimento é essencial para atender à crescente demanda por palestras, exposições e atividades educativas, refletindo o comprometimento com a conscientização ambiental (Margarido; Martins, 2007). A limitação de efetivo atual é uma barreira que, se superada, permitiria uma participação mais ativa da Polícia Militar na educação ambiental e na promoção da integração com a comunidade (Pedrosa, 2011).

Os resultados obtidos na presente pesquisa oferecem uma visão abrangente sobre as práticas e desafios enfrentados pela Polícia Militar Ambiental na promoção da Educação Ambiental. Diante dos objetivos delineados e da problemática central apresentada, algumas considerações destacam-se como essenciais para uma discussão geral e conclusiva.

Tabela 1: Resumo do cumprimento dos resultados

Objetivo 1: Avaliar as atividades de Educação Ambiental (EA) da Polícia Militar Ambiental (PMA).	
RESULTADOS	DESAFIOS
Redução das atividades, com a desativação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA).	Falta de recursos, impactando a quantidade e abrangência das ações.
Objetivo 2: Analisar o impacto das atividades na conscientização ambiental.	
RESULTADOS	PONTOS FORTES
Influência positiva, principalmente a longo prazo.	Ênfase na conscientização de crianças, com potencial transformador.
Objetivo 3: Avaliar a contribuição para a redução de infrações ambientais.	
RESULTADOS	EVIDÊNCIAS
Divergência nas respostas.	Redução da pesca ilegal, mas resistência de alguns infratores.

Fonte: O Autor (2024).

Os relatos dos entrevistados revelam uma realidade marcada por uma redução nas atividades de Educação Ambiental, evidenciada pela desativação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA). A escassez de recursos, como mencionado pelos participantes, emerge como um desafio significativo, afetando a quantidade e a abrangência das ações educativas. A falta de investimento é uma lacuna crítica que impacta diretamente na capacidade da Polícia Militar Ambiental de cumprir seu papel educativo e preventivo.

Os resultados apontam que, apesar das restrições enfrentadas, as ações de Educação Ambiental exercem influência positiva na conscientização da comunidade. A percepção dos entrevistados destaca que, principalmente a longo prazo, tais atividades geram impactos significativos na forma como as pessoas percebem e interagem com o meio ambiente. A ênfase na conscientização, especialmente entre as crianças, sinaliza um potencial transformador dessas iniciativas na construção de uma sociedade mais engajada com a preservação ambiental.

Quanto à contribuição das ações de Educação Ambiental na redução de infrações, as respostas divergem. Alguns entrevistados apontam para uma efetividade limitada a curto prazo, enquanto outros destacam evidências de redução, especialmente no que diz respeito à pesca ilegal. A percepção de que a conscientização resulta em um público mais informado e comprometido oferece perspectivas promissoras, embora o desafio da resistência e falta de interesse de alguns infratores permaneça como um obstáculo a ser superado.

Os desafios identificados nas respostas dos participantes, como a falta de efetivo, resistência interna e escassez de recursos, reforçam a complexidade enfrentada pela Polícia Militar Ambiental. No entanto, tais desafios também apontam para oportunidades de aprimoramento. A reativação do NEA, investimentos mais expressivos e a integração da educação ambiental no sistema educacional surgem como estratégias-chave para superar as atuais limitações e fortalecer as atividades preventivas.

Diante do exposto, fica claro que as ações de Educação Ambiental são relevantes para a conscientização da comunidade e na promoção de práticas sustentáveis. No entanto, a necessidade urgente de investimentos, tanto em recursos quanto em pessoal especializado, é evidente. A reativação do NEA e uma abordagem integrada que envolva a educação formal representam oportunidades valiosas para aprimorar a eficácia dessas atividades e fortalecer a relação entre a Polícia Militar Ambiental e a comunidade na construção de um futuro mais sustentável.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa revelou uma realidade marcada por uma redução nas atividades educativas, principalmente devido à desativação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) e à escassez de recursos. No entanto, apesar desses desafios, ficou evidente que as ações de Educação Ambiental exercem uma influência positiva na conscientização da comunidade, especialmente a longo prazo, e podem contribuir para a redução de infrações ambientais, como a pesca ilegal.

Destacou-se, ainda, como a conscientização ambiental é fundamental para a promoção de práticas sustentáveis e a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a Polícia Militar Ambiental desempenha um papel essencial na educação e sensibilização da comunidade sobre questões ambientais. No entanto, para maximizar o impacto de suas atividades, é necessário superar os desafios identificados, como a falta de recursos e o apoio institucional.

Uma das principais conclusões deste estudo é a necessidade urgente de investimentos adicionais e apoio institucional para fortalecer as atividades de Educação Ambiental. A reativação do NEA e o aumento dos recursos disponíveis são passos essenciais para ampliar o alcance e a eficácia dessas iniciativas. Além disso, é fundamental integrar a educação ambiental no sistema educacional formal, garantindo que as novas gerações sejam educadas desde cedo sobre a importância da preservação ambiental.

Em última análise, este estudo destaca a importância da colaboração entre as autoridades competentes, a comunidade e outras partes interessadas na promoção da Educação Ambiental. Através de esforços conjuntos e investimentos adequados, podemos trabalhar juntos para criar um futuro mais sustentável e resiliente para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Moisés Brandão. Educação ambiental na Polícia Militar da Bahia: percepções dos policiais militares da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental. **Movimento-revista de educação**, n. 2, 2015.

COSTA, Cristiano Cunha. Atuação Do Pelotão De Polícia Militar Do Estado De Sergipe. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 2727-2736, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

LUZZI, Daniel. Educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: Philippi Jr, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Org). **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2009.

MARGARIDO, F. P.; MARTINS, L. C. **Policiamento ambiental no Brasil e educação ambiental**: origens e encontros na Polícia Militar Ambiental. 2007. Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galicia, 1., Santiago de Compostela (Espanha), 24-27 de Setembro de 2007.

MARGARIDO, Fábio Pereira. **Educação ambiental e a Polícia Militar**: um estudo de caso no Distrito Federal. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PEDROSA, Guilherme. Meio ambiente, poder de polícia militar ambiental. In: RAMOS, Dircêo T.; Roth, João R.; Costa, Ilton da C. (Org.) **Direito Militar**: doutrina e aplicações. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.